



## Editorial

### Da negação da ciência à simulação de pensamento científico por meio da criação de pseudo-objetividades

Ester Vaisman

Ronaldo Vielmi Fortes

Quando alguém ajeita os pressupostos de maneira que já contenham as conclusões a serem tiradas, não é preciso ter mais habilidade do que tem qualquer charlatão para puxar de dentro do saco o resultado preparado de antemão e fincar o pé na lógica inabalável que o gerou.

Engels, *Sobre a Questão da Moradia*, p. 50

Em um tempo em que posições favoráveis ou contrárias ao pensamento científico ocupam o cenário dos debates políticos e ideológicos, nada mais oportuno do que tecer alguns comentários sobre os desdobramentos que assistimos em nossos dias em torno do tema – particularmente em *terra brasilis*. De um lado, testemunhamos o completo desprezo ou ainda, a cabal negação da ciência, e, de outro, embora afirmando sua necessidade, não são raros os casos de negligência com os padrões mínimos de rigor científico. Tornou-se lugar comum, no intuito de conferir às ideias políticas o semblante de rigor, ilustrar todo o discurso com argumentos que simulam demonstrações científicas, muito embora não passem de um jogo manipulatório de seleção de dados ardilosamente recolhidos, que nada mais fazem do que subordinar aspectos da realidade às ideias prévias a serem defendidas. Nesse caso, a simulação científica cumpre apenas a função de persuasão. Cumprida a função de convencimento, é rapidamente descartada, e substituída por outra do mesmo calibre, sobretudo se a “narrativa” optar por outro tipo de assunto ou estratégia a defender ou atacar. É a forma pela qual se atualiza o tão conhecido dito de Fichte: “se a teoria entra em conflito com os fatos, tanto pior para a teoria”.

A literatura contemporânea dedicada à análise das transformações recentes do capitalismo tem revelado uma insistente tendência à formulação de neologismos e à criação de categorias supostamente capazes de capturar “novos” padrões de

acumulação. Ademais tem insistido na construção de expressões de cunho impactante como forma de descrever hipotéticos novos modos de produção que teriam surgido em nossa época. Essa compulsão classificatória, frequentemente sustentada por afirmações de suposta ruptura histórica, parece responder menos à necessidade de esclarecer e analisar processos concretos, e mais a uma busca por conferir a aparência de legitimidade científica a interpretações superficiais e apressadas, frequentemente de cunho ideológico-político<sup>1</sup>.

Não são raros os testemunhos que profetizam a barbárie, que entoam profecias do “capitalismo do fim do mundo”, do colapso iminente do capitalismo, do advento da extremização da política neoliberal – que, frente a carência de ideias de como designar a suposta nova formação que se põe na ordem do dia, agrupa prefixos superlativos como forma de denunciar o novo caráter da ameaça que se apresenta: hiperneoliberalismo, ultraneoliberalismo etc. Por vezes predomina mais a eloquência das palavras do que propriamente a *recta exposição* das ideias e argumentos, em suma, a necessidade de compreensão rigorosa da realidade. Pense-se na última tendência que se espalhou nas searas da sociologia em que se insiste em assombrar as mentes inadvertidas dos incautos com expressões tais como: o trabalho morto predomina sobre o trabalho vivo. O “morto” que sobrepuja ao “vivo”, de onde toda uma variedade de sentidos e significações induzem a ideias do fim dos empregos, da precarização sempre crescente do trabalho, do capitalismo desumanizador etc etc. A dramatização contemporânea desses fenômenos por meio de um mero joguete de expressões oculta que o trabalho objetivado — o chamado “trabalho morto” — não é nada além de trabalho pretérito, incorporado nos objetos e dispositivos técnicos. A retórica de que o “trabalho morto domina o trabalho vivo” é válida como descrição estrutural do capitalismo, mas não como característica inédita, excepcional ou exclusiva da era digital. Trata-se, por conseguinte, de um jogo impreciso de conceitos cujo intuito é motivar os corações das massas, - senão as massas, pelo menos alcançar ativistas disfarçados na academia e estudantes ingênuos - por meio do qual, pela força das palavras, busca-se persuadir comportamentos, sentimentos e ações. Importa mais o impacto das expressões do que a precisão conceitual. Escamoteiam-se a precisa definição e a função de análise da categoria: trabalho “morto”, que nada mais é do que trabalho pretérito, ou seja, trabalho que produziu a matéria-prima ou a máquina utilizadas no ramo de produção, onde o trabalho vivo produz o valor.

---

<sup>1</sup> Muito embora, a cena atual apresenta sinais mais gravosos, o fenômeno não é novo. Já nos anos 1970, José Arthur Giannotti denunciava o uso instrumental e acrítico da categoria de modo de produção. Ver GIANNOTTI, José Arthur. “Notas sobre a categoria ‘modo-de-produção’ para uso e abuso dos sociólogos”. *Estudos Cebrap*, 17, São Paulo, 1976.

Tais procedimentos nada mais são do que a prática politicista de conferir padrões conceituais às supostas formas de inovação dos processos de acumulação. Prática nada recente, por se tratar de ardil utilizado por vários intelectuais que, sob o efeito do rompante que se afigura no horizonte de um dado momento da história, se põem a capturar por meio de palavras fenômenos transitórios alçados à condição de novas expressões cabais da figura do capital. Por que não recordar Bresser Pereira que, fascinado, com a tecnocracia, chegou a afirmar décadas atrás o advento de um novo modo de produção baseado na tecnocracia?<sup>2</sup> Recentemente a mesma tendência aparece nas formulações sobre a economia chinesa de Elias Jabour que assevera que a acumulação chinesa é um novo modo de produção<sup>3</sup>. É estranha a mania de dar nome às coisas. Tudo se passa, como se, nomeando a coisa se pudesse dominá-la. Tal motivação, lembra os primitivos xamãs que entoavam cânticos, conferiam sons e palavras às coisas não compreendidas, supondo, dessa maneira, dominar as forças que os assombravam. Tratava-se naquele contexto de operacionalizar a própria existência. Hoje, o fetichismo das palavras serve para a inflação de egos, para manter a falácia das notoriedades simplórias, que nada fazem além de se sentarem sobre o lufar de uma fama do passado, ou do sucesso imediatista bem próprio dos fenômenos das redes sociais, para manterem-se vivas na cabeça dos mentecaptos.

Reducir a realidade à conceitos fixos e rígidos, nada mais é do que elevar as manifestações imediatas, fenomênicas, à condição de rupturas históricas fundamentais que inaugurariam figuras inovadoras da sociabilidade do capital. Como bem adverte Lukács a esse respeito:

O único perigo desse procedimento é a dissociação e autonomização abstratamente conceituais dos momentos que facilmente pode levar ao surgimento de pseudo-objetividades que só desviam da efetiva compreensão da essência. Só é possível combater com êxito a degeneração da autêntica reprodução ideal do ser, das conexões ontológicas reais, numa pseudo-objetividade desse tipo, que, por ser um fenômeno da moda, muitas vezes exerce grande influência, se a análise tenta apreender, tanto na gênese como no efeito duradouro, o seu centro dinâmico de fato.<sup>4</sup>

De fato, são frequentes as tendências ideológicas supostamente proletárias, com aspiração científica, se se deixarem levar pelos interesses políticos imediatos, abstendo-se de compreender e explicar os fenômenos e tendências da dinâmica da sociabilidade. Essa inflação nominal, ao invés de aclarar o real, produz uma névoa conceitual que oculta continuidades históricas fundamentais.

<sup>2</sup> Cf. Bresser Pereira, L.C. *A Sociedade Estatal e Tecnoburocracia*, Editora Brasiliense, 1981.

<sup>3</sup> Cf. a esse propósito [Sobre a China de Elias Jabour, por Thiago Martins Jorge](#).

<sup>4</sup> LUKÁCS, *Para uma ontologia do ser social*, vol. II, 2013, p.558-9)

Não se trata de modo algum de estabelecer uma rígida cisão entre ciência e ideologia, pelo contrário, o conhecimento científico não significa de modo algum uma isenção subjetiva ou mesmo o completo rechaço dos interesses. No entanto, a ciência não pode ser submetida aos chamados interesses de classe, pelo contrário os interesses de classe devem se valer do rigor da ciência como forma de compreensão efetiva da dinâmica da realidade. O enfrentamento e a busca pela resolução de conflitos sociais não podem prescindir do conhecimento de rigor da realidade, entretanto, suposição de que os instrumentos para a transformação possam advir de maneira automática pela simples fidelização ao conteúdo literal de uma teoria que se põe na perspectiva do proletariado, constitui por si só uma ideologia no sentido pejorativo. Se, seguindo o pensamento de Marx, a ideologia são formações ideais por meio das quais os homens “se conscientizam desses conflitos e o travam até o fim”<sup>5</sup>, se até então, “os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras, [mas] o que importa é transformá-lo”<sup>6</sup>, é preciso acrescentar com o próprio pensador alemão: para transformá-lo é preciso compreendê-lo. Sua obra mais importante, *O capital*, é a exemplo mais candente dessa posição diante da realidade.

No campo intelectual contemporâneo e mesmo nos considerados blogs e *influencers* de esquerda, tal prática assume função distinta diante da necessidade imperiosa de compreensão efetiva das condições históricas tendenciais da realidade da sociabilidade do capital: torna-se mecanismo de fetichização conceitual, mais ligado à disputa por prestígio do que à elucidação teórica, cumprindo mais os objetivos de convencimento e adesão a um determinado campo político. Em suma, são ideias e expressões que desempenham o papel de disparadores de emoções, de evocações catárticas, como forma de induzir a comportamentos e submeter outros à adesão de conduções políticas em voga.

No sentido oposto a tais tendências é preciso advertir com Lukács que

O momento decisivo não é a prioridade psicológica adotada pelos agentes ou pelos líderes, mas que complexo tem objetivamente a primazia objetiva na configuração do "o que fazer?", para dirimir o conflito; a psicologia dos agentes de modo algum precisa sempre corresponder a essa situação objetiva.<sup>7</sup>

Tais procedimentos nada mais são do que a reprodução da estranha prática de considerar que a simples adesão a um ponto de vista de classe permitiria o acesso incondicional à compreensão da realidade. Como se bastasse assumir o “ponto de

---

<sup>5</sup> MARX, K.; *Para a crítica da economia política*; São Paulo: Boitempo, 2024; p. 25.

<sup>6</sup> MARX; ENGELS; *A ideologia alemã*; São Paulo: Boitempo, 2007; p. 535.

<sup>7</sup> LUKÁCS, *Para uma ontologia...*, op. cit.; p. 573)

vista do proletariado” para ter acesso efetivo ao desvelamento da realidade. Ironicamente, é Lukács quem inaugura essas tendências no seio do pensamento marxista, na primeira metade do século XX, com sua influente obra *História e Consciência de Classe*.

Certamente, o conhecimento resultante do ponto de vista do proletariado é aquele objetiva e cientificamente superior. Deve-se ao seu método a solução daqueles problemas em torno dos quais os maiores pensadores da época burguesa se debateram inutilmente, ou seja, o adequado conhecimento histórico do capitalismo, que para o pensamento burguês devia permanecer inalcançável. Contudo, essa graduação objetiva do valor cognitivo do método novamente se mostra, por um lado, como problema histórico-social, como consequência necessária dos tipos de sociedade representados por ambas as classes e suas sucessões históricas, de modo que o “falso”, o “unilateral” da compreensão burguesa da história aparece como fator necessário na construção metódica do conhecimento social.<sup>8</sup>

A sofisticação dos argumentos apresentados por Lukács na ocasião, fundados com base em elementos do pensamento hegeliano, decerto fascinou a muitos, influenciou pensadores e abriu as portas para a fundação de escolas de pensamento. Convenhamos: comparados ao que se assiste hoje, pelo grau elevado das elaborações filosóficas do pensador magiar à época, tornam as expressões de nossos tempos meras elocubrações conceituais canhestras e de baixa capacidade intelectual.

A crítica às formulações que recorrem a “filosofemas” — categorias abstratas desconectadas de análises histórico-concretas — encontra um ponto de apoio significativo na obra tardia de György Lukács. De fato, parte substancial do esforço ontológico desenvolvido nos *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social* busca justamente superar construções conceituais que permanecem desligadas da realidade objetiva, respondendo a problemas fictícios ou a necessidades internas de um sistema filosófico ou de um ideário político e não às determinações concretas do ser social. Lukács caracteriza tais elaborações como construções especulativas que, em vez de esclarecerem a realidade, a obscurecem. Para Lukács cabe restabelecer a prioridade ontológica do real sobre o pensamento.

Desse modo, a crítica lukacsiana não se dirige apenas ao idealismo clássico, mas também a interpretações pretensamente marxistas que, ao enfatizarem e sucumbirem à premência incondicional do papel da consciência de classe, acabam por reconstruir o proletariado como sujeito transcendente, independentemente das determinações materiais de sua existência. Nos seus *Prolegômenos para a Ontologia do ser social*, ele declara com clareza que não é possível fundar a práxis revolucionária

<sup>8</sup> LUKÁCS; *História e Consciência de classe*, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2003, pp.332-3.

em meras determinações lógico-dialéticas da consciência. O erro residiria em converter a classe trabalhadora em um sujeito metafísico, um portador quase automático da racionalidade histórica — algo que o Lukács maduro repudia.

Não por acaso, o mesmo autor rechaça com veemência tais imputações filosóficas à realidade, em *Para uma ontologia do ser social*, destacando a postura de Marx frente aos pensadores e filosofias de seu tempo.

O posicionamento sumamente consciente [de Marx], simultaneamente de aprofundamento e crítica em relação a todos os predecessores (a Hegel, à economia clássica, aos grandes utópicos) mostra isso com toda a clareza. O marxismo, portanto, jamais escondeu a sua gênese e função ideológicas: é possível encontrar em seus clássicos frequentes formulações no sentido de que ele justamente seria a ideologia do proletariado. Por outro lado e simultaneamente, em todas as suas exposições teóricas, históricas e sociocríticas, ele sempre levanta a pretensão da científicidade; a sua polêmica contra concepções falsas (por exemplo, as de Proudhon, Lassalle etc) sempre se mantém, pela própria essência da coisa, num plano puramente científico, consistindo na comprovação racional e programática de incoerências na teoria, de imprecisões na exposição de fatos históricos etc. O fato de tais abordagens com muita frequência serem reforçadas pela crítica à gênese social dessas concepções falsas, como às vezes é o caso do caráter infundado, da ingenuidade, da *malafides* etc. muitas vezes espontâneas do comportamento ideológico em questão, nada muda no caráter científico dessas controvérsias.<sup>9</sup>

Por essa razão, a contribuição mais sólida das obras tardias de Lukács talvez seja justamente o estabelecimento de um critério: nenhuma teoria do ser social pode substituir a investigação concreta, e nenhuma categoria pode anteceder a realidade sem cair no risco do dogmatismo. A crítica à científicidade e a crítica às pseudo-objetividades fundadas em raciocínios pragmáticos, em Lukács não é rejeição da ciência, mas crítica ao fetiche da ciência enquanto sistema fechado de garantias. Seu projeto, ao mesmo tempo rigoroso e antidogmático, procura articular filosofia e ciência sem permitir que uma substitua a outra — evitando, assim, as armadilhas dos filosofemas especulativos que, ao prometerem explicações definitivas, acabam por afastar-se da historicidade viva do ser social.

Como sempre, a edição atual da *Verinotio Nova fase* traz vários artigos que contemplam direta ou indiretamente o legado de Karl Marx, assim como o de György Lukács. Ademais, sempre que possível, o conselho editorial da revista se esforça em publicar contribuições que se voltem ao caso brasileiro e ao cenário atual, nas suas várias dimensões.

---

<sup>9</sup> LUKÁCS, *Para uma ontologia...*, op. cit.; p. 569-70.

Gabriela M. Segantini de Souza é autora do artigo que abre a edição atual. O título do artigo é *Nikolai Mikhailovsky diante do tribunal do sr. K. Marx: Marx e a recepção d'O capital na Rússia* que se debruça, como indica o título, sobre a primeira edição de *O Capital* em língua estrangeira, justamente na Rússia. Ao tomar conhecimento do fato, por meio de Danielson, Marx escreve uma carta para a revista em que fora publicado um artigo de Mikhailovsky a respeito. É justamente essa carta que a autora elabora sua análise.

Já Ana Clara Passos Prescilliano investiga como Marx identifica a crise econômica nos três livros de *O capital*, em que busca reconstruir a unidade entre produção, circulação e reprodução do capital e defende a hipótese que a crise é imanente ao sistema de produção capitalista.

*Zoon politikon*" para Marx: o ser social e a historicidade da política é o título do artigo cuja autora é Ana Carolina Marra de Andrade e que se volta ao uso dado por Marx à famosa frase aristotélica "o homem é um animal político em três momentos distintos de sua elaboração teórica: nos textos de 1857-8, nomeadamente a "Introdução" de 1857 e as Formas que precederam a acumulação capitalista, que fazem parte dos *Grundrisse*; no Livro I de *O capital*: crítica da economia política (1867); e nos excertos sobre *A sociedade antiga* de Lewis Morgan, escritos em 1881, publicados posteriormente como parte dos chamados *Cadernos etnológicos* de Marx.

A contribuição de Lucas de Oliveira Maciel leva o título de *Forças sociais de produção como forças do capital: as forças produtivas do trabalho sob a produção capitalista na obra de Karl Marx*, em que se procura identificar como Marx entende o problema das forças produtivas e esclarecer o processo segundo o qual forças sociais de produção se submetem à autovalorização do valor.

Os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* e a teoria do valor de Marx: primeiras observações é o título do artigo de autoria de Paulo Henrique Furtado de Araujo que se debruça sobre a teoria do valor de Marx, constituída a partir de 1857/58, deve ser tomada como chave para uma leitura crítica dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*.

*Economia política da pena e crítica da questão penal: da crise do passado aos aportes para o futuro* é o título do artigo de autoria de Marina Araújo Reis Lavarini. Nele, a autora se propõe a revisitar criticamente a tradição da economia política da pena, identificando seus principais fundamentos, limites e possibilidades de reelaboração a partir do pensamento de Karl Marx.

Versando sobre um problema similar ao artigo precedente, Nayara Rodrigues Medrado escreve sobre *Determinações da punição no capitalismo de via colonial:*

*bonapartismo e autocracia burguesa institucionalizada na industrialização brasileira*, em que é focalizado o período de afirmação, no país, do verdadeiro capitalismo - o industrial - a partir dos anos 1930, e até o processo de mundialização do capital, coincidente com a autorreforma negociada da ditadura nos anos 1980. O objetivo é mostrar como, longe de uma afirmação democrática, o Brasil tem oscilado, ao longo da república, entre períodos de bonapartismo e de autocracia burguesa institucionalizada, e como, em meio a esse movimento pendular próprio de uma particular via de formação capitalista, o sistema penal tende a ocupar um lugar privilegiado, e a receber contornos específicos.

Rossi Henrique Chaves é autor do artigo intitulado *Notas sobre estado e políticas públicas a partir da crítica da economia política marxiana*. Nele o autor pretende demonstrar que a crítica da economia política desenvolvida por Marx em *O capital* fornece os elementos necessários para uma análise radical do estado e da administração pública.

Já Pedro Rocha Badô é o autor do artigo que leva o título de *Lênin como advogado: um problema inicial no estudo do direito na obra leniniana*. Discute em que medida o fato de Lênin ter exercido a função de advogado em sua mocidade pode levar à conclusão que nesse momento a luta social se confundia com a luta advocatícia.

Pachukanis, *Marx e o caminho do abstrato ao concreto: a assim chamada questão de método* é o título do artigo cujo autor é Marcos Antônio de Nascimento de Castilho. No presente texto, o autor abordou algumas diferenças de tratamento sobre a “questão de método” entre Pachukanis, em Teoria geral do direito e marxismo, e Marx, na “Introdução” de 1857. Destacamos que o caminho do abstrato ao concreto, presente em Marx, é interpretado de forma distinta por Pachukanis.

Diego Fernando Correa Castañeda contribui com o artigo intitulado *Los orígenes del pensamiento ontológico en Georg Lukács*, em que são analisadas as diversas correntes de pensamento que teriam contribuído para a evolução de Lukács até a obra *Para uma ontologia do ser social*.

Ainda sobre Lukács, publicamos o artigo *Decadência ideológica e a gênese do irracionalismo filosófico em Lukács*, cujo autor é Francisco Malê Vettorazzo Cannalonga. No presente texto, partindo da noção de decadência ideológica, o autor procura elucidar o conceito de irracionalismo empregado por Lukács.

A contribuição de Ana Laura dos Reis Corrêa intitulada “Habilidoso”, de Machado de Assis: um retrato do artista na moldura do dilettantismo à brasileira, se debruça sobre o conto de Machado de Assis que leva justamente o título de “Habilidoso”. Nele, Machado refere o problema do dilettantismo na arte e a autora

revela que “a atitude diletante [é] como uma condição histórica a ser enfrentada pelo artista e pelo intelectual na modernidade, e investiga de que forma a posição diletante, objeto da atenção de Goethe no século XVIII e estreitamente ligada à mudança da produção da arte no mundo do capital, se apresenta acrescida de um segundo grau problemático na obra machadiana: o diletantismo à brasileira.

Assunto de grande atualidade é tratado no artigo *A exploração aeroespacial como fronteira de valorização do capital portador de juros: especulação e formas jurídicas* de autoria de Rafael Silva dos Santos e Mateus Lima Furtado. Com um número expressivo de dados e fontes diversas, os autores analisam o fenômeno do *New Space* – a crescente privatização e financeirização do setor aeroespacial – como a forma mais acabada da fusão entre capital fictício e capital portador de juros, mediada pelo estado e pela forma jurídica.

Concluindo a seção de artigos figura o texto *Ecologia e modernidade: contribuições de Rousseau para o desenvolvimento do debate contemporâneo*, assinado por Daniel do Val Cosentino e Henrique Segall Nascimento Campos, em que procuram demonstrar que, a despeito das possíveis críticas que os ecologistas podem endereçar ao pensamento de Rousseau, é inegável que o pensador francês possui contribuições importantes para o atual debate ecológico.

Abrindo a seção Debates apresentamos a contribuição de Ana Carolina Marra de Andrade com o título de “Novos rostos de Marx”: da crítica da economia política aos horizontes da luta pela emancipação humana, em que a autora busca discutir o livro *Karl Marx: biografia intelectual e política (1857-1883)*, publicado em 2023, de Marcello Musto, com o objetivo de lançar luz sobre o Marx real e histórico, ressaltando a importância de compreender sua obra em sua totalidade e a partir de sua gênese, estrutura e função.

Ainda na seção Debates, publicamos novamente 23 anos depois o artigo de Maurício Tragtenberg intitulado Dialética do Sionismo, cujo teor continua mais atual do que nunca. Publicado pela primeira na Revista Escrita /Ensaio em 1982, Tragtenberg se debruça fundamentalmente nas obras de Theodor Herzl *O estado judeu* e as declarações de Chaim Weizman – que se tornou primeiro presidente de Israel –, no Congresso Sionista de 1931. Por essa via, e por um profundo conhecedor da história europeia, dos judeus europeus e do antisemitismo, Mauricio pode concluir que “o sionismo [está] colocado no quadro das políticas imperialistas europeias”. Ao final, o artigo parece antever os acontecimentos que hoje assistimos atônitos e que tiveram seu ensaio geral em Sabra e Chatila.

Na seção Entrevista, publicamos novamente a entrevista feita com Florestan

Fernandes realizada pela equipe Ensaio, coordenada por J. Chasin, e publicada em 1989 pela Revista Ensaio. O título que entrevista recebeu foi *Constituinte e revolução*. Nela, Florestan discute e avalia a sua experiência como deputado socialista na Constituinte. E à dada altura da entrevista faz a seguinte afirmação: “o intelectual que existia dentro de mim está intacto e o político ‘profissional’ feneceu antes de nascer”. Atualíssima diante dos impasses atuais colocados no interior do Congresso nacional, a leitura da entrevista é no mínimo esclarecedora.

Por fim, na seção Tradução, publicamos a resenha elaborada por Marx e Engels intitulada *François-Pierre-Guillaume GUIZOT Por que a revolução na Inglaterra foi bem-sucedida? Conferência sobre a história da Revolução Inglesa*, publicada em 1850 e com tradução de Ronaldo Vielmi Fortes.

O leitor irá constatar que a edição atual da *Verinotio nova fase* publica um material que, com certeza, irá contribuir para os debates cruciais da atualidade, sejam eles teóricos, sejam práticos. Dotados de rigor e profundidade os artigos da presente edição de algum modo contribuirá para o enriquecimento daqueles dispostos a superar os desafios de nosso tempo.